



# Boletim de Legislação



**EJEJ** - escola que forma e informa

**Nº 575 – 18 de dezembro de 2019**

**Abrangência: 07/12/2019 a 13/12/2019**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.165	DOU; 11/12/2019	Altera o Decreto nº 9.309, de 15.3.2018, que dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais.	<a href="#">Dec. 10.165</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.166	DOU; 11/12/2019	Altera o Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.	<a href="#">Dec. 10.166</a> (Site da Presidência da República)
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 105	DOU; 13/12/2019	Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual.	<a href="#">Em. Const. 105</a> (Site da Presidência da República)

<p><b>LEI Nº 13.894</b></p>	<p>DOU; 11/12/2019</p>	<p>Promulga partes vetadas da Lei n. 13.894 de 29.10.2019, que altera a Lei nº 11.340, de 7.8.2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16.3.2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.</p>	<p><a href="#">Lei 13.894</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>LEI Nº 13.930</b></p>	<p>DOU; 11/12/2019</p>	<p>Altera a Lei nº 10.332, de 19.12.2001, para garantir aplicação de percentual dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas.</p>	<p><a href="#">Lei 13.930</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>LEI Nº 13.931</b></p>	<p>DOU; 11/12/2019</p>	<p>Altera a Lei nº 10.778, de 24.11.2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher.</p>	<p><a href="#">Lei 13.931</a> (Site da Presidência da República)</p>

<p><b>LEI Nº 13.932</b></p>	<p>DOU; 12/12/2019</p>	<p>Altera a Lei Complementar nº 26, de 11.9.1975, e as Leis nºs 8.036, de 11.5.1990, 8.019, de 11.4.1990, e 10.150, de 21.12.2000, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, dispor sobre a movimentação das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e sobre a devolução de recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alterar disposições sobre as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e extinguir a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa.</p>	<p><a href="#">Lei 13.932</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 909</b></p>	<p>DOU; 10/12/2019</p>	<p>Extingue o fundo formado pelas reservas monetárias de que trata o art. 12 da Lei nº 5.143, de 20.10.1966, que instituiu o Imposto sobre Operações Financeiras, regulou a respectiva cobrança, dispôs sobre a aplicação das reservas monetárias oriundas de sua receita, e deu outras providências.</p>	<p><a href="#">Med. Prov. 909</a> (Site da Presidência da República)</p>

### **ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
<p>PROVIMENTO Nº 70, DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</p>	<p>DJE/CNJ; 10/12/2019</p>	<p>Dispõe sobre abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites.</p>	<p><a href="#">Prov. 70</a> (Site do CNJ)</p>

### **ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
<p><b>PORTARIA Nº 868</b></p>	<p>DOU; 13/12/2019</p>	<p>Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para intimação de atos processuais, no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p>	<p><a href="#">Port. 868</a> (Site da Imprensa Nacional)</p>

## LEGISLAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 17.232	DOM; 11/12/2019	Institui o Endereço Cidadão.	<a href="#">Dec. 17.232</a> (Site da PBH)

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 4.627	DJE; 10/12/2019	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Monte Azul.	<a href="#">Port. 4.627</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.628	DJE; 10/12/2019	Designa Juiz Coordenador e Juiz Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Mateus Leme.	<a href="#">Port. 4.628</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.629	DJE; 10/12/2019	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Arinos.	<a href="#">Port. 4.629</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.630	DJE; 10/12/2019	Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Araçuaí	<a href="#">Port. 4.630</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.631	DJE; 11/12/2019	Designa data para a instalação da Vara Empresarial, da Fazenda Pública, de Registros Públicos e de Acidentes do Trabalho na Comarca de Betim.	<a href="#">Port. 4.631</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.632	DJE; 11/12/2019	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Morada Nova de Minas.	<a href="#">Port. 4.632</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.633	DJE; 11/12/2019	Define a lotação de cargos de provimento em comissão de Assessor de Juiz e de função de confiança de assessoramento de Juiz de Direito nas comarcas que especifica, bem como revoga as Portarias da Presidência que menciona.	<a href="#">Port. 4.633</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 912	DJE; 10/12/2019	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Monte Azul.	<a href="#">Port. Conj. 912</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 913	DJE; 10/12/2019	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Mateus Leme.	<a href="#">Port. Conj. 913</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 914	DJE; 10/12/2019	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Arinos.	<a href="#">Port. Conj. 914</a> (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 915	DJE; 13/12/2019	Designa servidor para auxiliar na coordenação dos serviços prestados pelo Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário para as Demandas de Saúde - NAT-JUS, durante o período experimental de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 901, de 15 de outubro de 2019.	<a href="#">Port. Conj. 915</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 916	DJE; 13/12/2019	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Morada Nova de Minas.	<a href="#">Port. Conj. 916</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 917	DJE; 13/12/2019	Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de primeiro grau do Estado de Minas Gerais no período de 20 de dezembro de 2019 a 20 de janeiro de 2020.	<a href="#">Port. Conj. 917</a> (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 903	DJE; 09/12/2019	Altera a competência de varas da Comarca de Pouso Alegre e dá outras providências	<a href="#">Res. 903</a> (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 904	DJE; 10/12/2019 e 13/12/2109 (Republicação)	Determina a instalação da Vara Empresarial, da Fazenda Pública, de Registros Públicos e de Acidentes do Trabalho na Comarca de Betim e dá outras providências.	<a href="#">Res. 904</a> (Site do TJMG)

### ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 6.278	DJE; 12/12/2019	Atualiza, para o exercício de 2020, as tabelas que integram o Anexo da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que “dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências”.	<a href="#">Port. 6.278</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.279	DJE; 12/12/2019	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Governador Valadares.	<a href="#">Port. 6.279</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.280	DJE; 12/12/2019	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Caratinga.	<a href="#">Port. 6.280</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.281	DJE; 12/12/2019	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Abre Campo e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.993, de 1º de abril de 2019.	<a href="#">Port. 6.281</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.282	DJE; 12/12/2019	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Manhumirim e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.519, de 7 de junho de 2018.	<a href="#">Port. 6.282</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.283	DJE; 12/12/2019	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.012, de 16 de abril de 2019, que reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Manhumirim.	<a href="#">Port. 6.283</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.284	DJE; 12/12/2019	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Unaí e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.980, de 26 de março de 2019.	<a href="#">Port. 6.284</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.285	DJE; 12/12/2019	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.996, de 3 de abril de 2019, que reconduz Juiz de Direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Capelinha.	<a href="#">Port. 6.285</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.286	DJE; 12/12/2019	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.876, de 11 de dezembro de 2018, que reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Capelinha.	<a href="#">Port. 6.286</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.287	DJE; 12/12/2019	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Esmeraldas.	<a href="#">Port. 6.287</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.288	DJE; 13/12/2019	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Araçuaí.	<a href="#">Port. 6.288</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.289	DJE; 13/12/2019	Designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Araçuaí.	<a href="#">Port. 6.289</a> (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.